

maos, não serve para enriquecer ninguém. Dir-se-ia instrumento, matéria-prima para realizações de maior grandeza agrícola.

Já trabalhei com José Ernirio de Moraes, lado a lado, quando não pensava em ser político. Vi de perto a sua fibra de lutador. Conheci-o por dentro e por fora. Senti o seu espírito e sondei a sua alma. Acredito que lhe devo ter dado muito mais do que recebi, mas ele nunca ficou com o produto do trabalho de ninguém. O espírito era o de um predestinado; o espírito de um homem que plantava hoje para colher depois. E a sua alma, em que pesem tantas observações cada uma diferente da outra, está longe de ser uma alma insensibilizada pela ausência de emoções.

Ninguém escolheria o Sr. José Ernirio de Moraes para embaixador do Brasil no estrangeiro, acreditado perante o governo de uma grande potência, senão o Sr. Jânio Quadros.

E' que ambos estão afinados pela mesma mentalidade, por uma interpretação igual do que convém e do que não convém ao país. Se José Ernirio de Moraes fosse político, seria um político igual ao Sr. Jânio Quadros. De muitas ações e poucos amigos.

Seria, como o atual Presidente da República, político apenas por se servir da política, por não se chegar ao poder sem a política, ou contra a política, mas de qualquer modo um anti-político nato, isto é, um homem voltado mais para as coisas práticas da vida e, sobretudo, para a sua dinâmica econômica.

Até na concepção do nacionalismo os dois homens se aproximam e se identificam. Possuem as mesmas idéias e defendem os mesmos princípios. Talvez não haja, entre tantos embaixadores com atividade no exterior, quem melhor possa representar lá fora o pensamento e as diretrizes do atual governo da República.

O Sr. José Ernirio de Moraes conhece todos os planos de governo do Sr. Jânio Quadros. E será o mais importante deles, talvez, o móvel único de sua escolha. O governo do Sr. Jânio Quadros não pretende valer-se exclusivamente da ajuda norte-americana. Ele até prescindiria dela se pudesse encontrá-la em outra parte. A Alemanha Ocidental possui um bilhão de dólares livres para aplicação no exterior.

Que não fará o arguto Sr. José Ernirio de Moraes para arrancar uma boa parte desse tesouro, tão difícil de formar-se e mais difícil ainda de ser desviado ou diluído?

Fará, estou absolutamente certo, Sr. Presidente, tudo o que não poderia ser feito por um diplomata de carreira. Estão aqui as razões principais que teriam motivado a escolha.

Mas, essa escolha tem uma significação que precisa ser saudada devidamente. Pela primeira vez seguindo o sábio exemplo dos Estados Unidos, o Brasil vai arrancar um homem do mais alto gabarito econômico de seus afazeres, de suas ocupações rotineiras, da direção dos seus próprios negócios para cuidar no exterior das superiores conveniências de sua Pátria.

Essa significação vale por um exemplo. Também nós possuímos homens que se podem sacrificar pelo país. Se o convite do Sr. Jânio Quadros for aceito, o Sr. José Ernirio de Moraes terá dado esse magnífico exemplo de desinteresse pessoal.

A nossa política exterior busca horizontes novos. Começa a receber o influxo de inteligências mais esclarecidas, de melhor e mais seguro aviso. Não são inteligências políticas, preparadas para a atividade morna dos gabinetes fechados.

São inteligências de outro quillate, de outra expressão, de outro sentido, mais afeitas ao trato dos problemas que ordenam a vida dos povos, sem duvida os problemas econômicos e financeiros.

Não se diga que outros exemplos já existiam. O eficiente Sr. Moreira Salles, banqueiro de nomeação, certamente não prejudicou o seu estabelecimento pela sua demorada permanência em Washington. Talvez lhe fosse até favorável, pois a atividade bancária possui ramificações extraordinárias.

Não é o caso do Sr. José Ernirio de Moraes. Por tudo isto, Sr. Presidente, está de parabéns o país. Está de parabéns o governo do eminente Sr. Jânio Quadros, a quem devemos felicitar pelo acerto da escolha que acaba de fazer.

O SR. PRESIDENTE — Tem a palavra o nobre deputado Luciano Nogueira Filho. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Cardoso Alves (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Augusto do Amaral. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Benedito Matarazzo.

O SR. BENEDITO MATARAZZO — (Sem revisão do orador) — Sr. Presidente, Srs. deputados, no instante em que se procura uma solução para o congestionamento do porto de Santos, vale lembrar aqui uma reivindicação que de há muito vem fazendo São José dos Campos e todo o resto do Vale do Paraíba, pleiteando a construção de uma ferrovia que, partindo desta cidade, ligasse o aludido porto àquela próspera região.

Sabe-se que estudos iniciais apontaram vantagens e fatores favoráveis, de ordem econômica e geográfica, com a adoção do traçado ligando São José dos Campos a São Sebastião.

Economicamente, seria o porto em apréio o escoadouro natural do sul de Minas Gerais, além de servir a toda região valeparaibana, intensamente industrializada.

Pelas cidades de Sapucaí Mirim, Paraísopolis interligando-se com as comunas paulistas de Monteiro Lobato e São José dos Campos, Minas Gerais teria no Porto de São Sebastião um extraordinário escoadouro, promovendo, inclusive, estímulo à produção agrícola do sul daquele Estado.

Assim, São José dos Campos, situada entre São Paulo e Rio de Janeiro, relativamente próxima de Volta Redonda e cruzamento forçado de vias de comunicação entre o sul de Minas e o litoral Norte, poderia ser objetivamente o ponto de partida da reivindicada ferrovia.

Incontáveis benefícios de ordem econômica adviriam da ferrovia que preconizamos e que propiciaria a solução de um velho problema que é o congestionamento do Porto de Santos.

Com esse objetivo, Sr. Presidente, estamos nesta data enviando moção ao Exmo. Sr. Presidente da República, apelando para o apressamento dos estudos já existentes a respeito e esperando, assim, dar a nossa contribuição sincera à solução de algo que, desafiando os administradores, tem conspirado inclusive contra a economia nacional.

Era o que tínhamos a dizer.

O SR. PRESIDENTE — Tem a palavra o nobre deputado Costabile Romano. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Semi Jorge Resegue.

O SR. SEMI JORGE RESEGUE (Sem revisão do orador) — Sr. Presidente, Srs. deputados, a eletrificação da zona rural é um problema que necessita de uma solução urgente, devido à necessidade premente que tem o homem da agricultura de atender às exigências de atualização do seu trabalho, em face da falta de mão-de-obra, que escasseia cada vez mais.

A corrida para a cidade é um fenômeno sem precedentes na história da nossa agricultura, seja pela falta de um salário condizente com as suas necessidades, seja pela falta de conforto e recursos de que necessita um homem para a sua sobrevivência, e principalmente no campo onde não existe a evolução e o progresso nesse sentido.

A eletrificação rural é um fenômeno que está sendo focalizado pela maioria dos lavradores.

Já ninguém desconhece a sua utilidade e os resultados com as suas consequências benéficas, seja no sentido de seu bem-estar e de sua família, como pelos efeitos que pode produzir no sentido de mecanizar grande parte das atividades de nossa lavoura.

A prova disto está em que o próprio colono ou operário do campo, quando procura se contratar, já faz esta exigência e, quando não a encontra, ele recorre ao mais próximo, onde pode contar com este melhoramento.

A iniciativa particular neste sentido está-se fazendo com certo progresso e intensidade, procurando cada um buscar a sua eletrificação, a seu modo e de acordo com as suas posses.

Porém, o pequeno já não conta com estes recursos e também não pode usufruir destas vantagens, e é a ele que deve interessar o plano da eletrificação rural do governo, que tão sabidamente vem estudando esta aplicação.

Oxalá pensamos dentro em breve contar com a solução deste grandioso trabalho, que não só será obra-prima do governo, como será o estímulo para o fortalecimento e o engrandecimento de nossa agricultura.

O SR. PRESIDENTE — Tem a palavra o nobre deputado Conceição da Costa Neves. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Mário Telles. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Cel. Geraldo Martins.

O SR. CEL. GERALDO MARTINS (Sem revisão do orador) — Sr. Presidente, Srs. deputados, há tempos em consequência de suportar um tráfego cada dia maior, a Via Anchieta apresentou defeitos e deficiências, que necessitaram e exigiram a reconstrução mais aprimorada de sua pavimentação.

Os trabalhos para esse fim foram iniciados, mas, infelizmente, num ritmo demasiado lento, não condizente com as necessidades do movimento da referida rodovia. Parece-nos que o Departamento de Estradas de Rodagem não atentou devidamente para a importância dessa rodovia, seja na ligação turística entre as duas mais importantes cidades do Estado de São Paulo, seja sob o aspecto econômico, pois ninguém desconhece que a Via Anchieta é vital para o escoamento das mercadorias que vêm do Porto de Santos ou que para ele se destinam. O DER, segundo se pode atestar, não deu à reconstrução da estrada aquela prioridade indispensável, destinando-lhe, tão somente, um tratamento de ro-

lina. Realmente, Srs. deputados, para quem viaja com frequência pela rodovia em apréio, as obras já realizadas vêm, de maneira estranha e surpreendente, se prolongando indefinidamente, já sendo por alguns chamadas de "obras de Santa Ingrid". O número de trabalhadores e de máquinas aí colocados, para as exigências de serviço de reparação, é insuficiente e a insistência desta situação, por certo, prolongará por mais alguns anos o término dessas obras. Tal situação, está exigindo providências mais acertadas e mais energias do Executivo Estadual, a tal ponto que, o próprio Governador do Estado, impressionado com a demora, há dias atrás, por meio de um "bilhetinho" estranhou junto ao diretor do DER, essas ocorrências.

Nem se diga que o atraso das obras seja provocado por falta de verbas. Estas existem, e a nosso ver, devem propiciar os meios necessários para que as obras terminem rapidamente.

O fato é que até agora tem reinado autêntica subestimação e os trabalhos de reparação, recuperação e melhoramento da Via Anchieta, não têm merecido a devida atenção dos seus responsáveis mais diretos. E' de causar especial atitude, pois a recolocação da importante via de ligação entre Santos e São Paulo, nas condições que o seu movimento e importância exigem, não deveria merecer tanta displicência e pouco caso.

Esperemos, no entanto, as novas providências do Governador do Estado. Que elas não tardem e o que desejamos.

O SR. PRESIDENTE — Tem a palavra o nobre deputado Alberto da Silva Azevedo.

O SR. ALBERTO DA SILVA AZEVEDO (Sem revisão do orador) — Sr. Presidente e Srs. deputados, segundo noticiário dos jornais de hoje, assumiria a Secretaria da Educação do Município o Prof. Fernando de Azevedo.

Estudioso, culto e inteligente, não o chamaria de técnico, pois que assim estaria desprimorando o seu nome, porque todos os que se titulam técnicos em qualquer coisa nesta terra são verdadeiros fracassos quando assumem cargos na administração pública.

Mas, pediria ao ilustre Prof. Fernando de Azevedo que, como um dos seus primeiros atos, olhasse com todo o carinho para os ginásios municipais. Não se compreende que numa terra como São Paulo haja tão má organização e tão má administração em ginásios estaduais.

Poderia citar aqui, como exemplo, o Ginásio Municipal "Pedro II" em que os alunos estão num "doce far niente" incrível, pois que os alunos da terceira série ginásial até hoje não tiveram, apesar de um mês e pouco de aula, uma aula sequer de português, matéria básica para nossa juventude. No entanto pelo descaço da administração desse ginásio, da sua diretoria, pela preguiça dos seus professores, esses alunos estão sendo prejudicados na sua instrução.

Pediria, então, a S. Exa. o Prof. Fernando de Azevedo, que, com a sua autoridade de estudioso e conhecedor do assunto, volvesse suas vistas hoje mesmo para esta situação caótica do ensino municipal, eis que como está não é possível continuar.

O SR. PRESIDENTE — Tem a palavra o nobre deputado Cid Franco.

O SR. CID FRANCO — Srs. deputados, faço a V. Exas. um apelo para que aprovem na sessão de amanhã um pequeno requerimento sobre um grande assunto. Eis os seus termos:

"Requeremos seja consignado em ata um voto de louvor a Yuri Gagarin, o primeiro homem que acaba de realizar, com êxito, um vôo cósmico.

Justificativa

Inspira-se o requerimento na esperança de que esse grande feito sirva de estímulo aos homens e mulheres do mundo inteiro, inclusive da União Soviética, pátria do astronauta, para que as preocupações de guerra sejam substituídas pela fraternidade universal, baseada na Ciência, com que Deus vai propiciando a evolução da Humanidade.

Sala das Sessões, 13 de abril de 1961".

São êses, Srs. deputados, os termos do requerimento.

O SR. PRESIDENTE — Tem a palavra o nobre deputado Luciano Lepera.

O SR. LUCIANO LEPERA — (Sem revisão do orador) — Sr. Presidente, Srs. deputados, tenho em mãos um abaixo-assinado com 137 assinaturas. São de trabalhadores do Expresso Brasileiro Vição S.A., que tem sede nesta Capital, que se dirigem ao deputado e por seu intermédio à Delegacia Regional de Trabalho, a fim de reclamar com relação aos seus direitos que estão sendo espezinhados. Sabemos, e é público e notório, que a Vição Cometa adquiriu comprou, encampou, ou seja lá o que for, o Expresso Brasileiro Vição S.A. Até aí nada de mais, porque isso é uma contingência normal do mundo capitalista. Mas acontece que os empregados, funcionários e trabalhadores do Expresso Brasileiro nada têm a ver com os êxitos ou insucessos de seus patrões. Os patrões, no final das contas, estão sempre bem. Querem agora espezinhar direitos líquidos e certos dos trabalhadores. De modo que pedimos a V. Exa., Sr. Presidente, que faça transcrever esse documento, e assim fazemos na esperança de que a Delegacia Regional de Trabalho cumpra com o seu dever, que é defender os direitos dos trabalhadores. O documento a que me refiro é o seguinte:

"Ilmo. Sr. Dr. Luciano Lepera, deputado à Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo.

Prezado Senhor.

Nós, abaixo assinados, trabalhadores do Expresso Brasileiro Vição S.A., com sede em São Paulo, situado na Av. Arno, 341, de propriedade do Sr. Manoel Diegues, vimos, perante o Poder Legislativo do Estado de São Paulo e dos Srs. deputados, como dignos representantes desta Casa e do povo.

Apelamos para os Srs., certos de que não nos faltará nesta hora amarga de sacrifício que vemos nossos direitos ameaçados. Trabalhamos para o Expresso Brasileiro há vários anos, uma firma que esteve até dois anos atrás à altura das necessidades dos seus usuários e de nosso Estado.

Muito embora este senhor nunca respeitasse as leis do país, muito menos as leis trabalhistas, pois sempre negou os direitos dos seus empregados, e a prova disto é o digníssimo deputado Parabulini Junior, que por duas vezes ele mesmo ocorreu em nossa defesa, de certo tempo para cá, o Sr. Manoel Diegues começou a abusar dos seus bens com gastos supérfluos, fazendo negócios ilícitos e fazendo compras sem proveito, agora culpa seus prejuízos aos seus empregados, não tendo razão, pois ele nunca consultou nem os seus funcionários mais credenciados.

Agora, Sr. deputado, este senhor perdeu o controle e baixou uma onda de perseguições, pela qual chamamos a atenção dos Srs., pois não se trata de causa interiorana que muitas vezes passa despercebida; trata-se de um caso que está se passando na cidade que mais cresce no mundo, às vistas das autoridades. Veja-se: o Sr. Diegues, depois de vender tudo quanto tinha de seu, disse-nos assim, pois tinha 16 a 19 linhas; hoje restam apenas duas; juntou seus empregados que trabalhavam no período noturno, há vários anos trabalhando 10 e até 12 horas noturnas, ou seja, das 7 às 7 sem revezar. Passou todos para a turna do dia e tirou o adicional que percebiam de 20%, sem respeitar o dispositivo da lei, que obriga o patrão a pagar o adicional de 20% ao empregado que permanecer anos trabalhando no período noturno sem revezar; juntou as duas turnas do dia e da noite, num total de cento e tantos homens onde não tem trabalho para trinta, e há ordem de perseguir para não indenizar, chegando mesmo a dizer para vários se alguém estava esperando indenização? pois ele não estava em condições de pagar.

Ora, veja, Sr. deputado, se temos culpa disso! Se não tem trabalho, foi porque ele vendeu os ônibus e as linhas. Se ficar parado, e suspenso 5 dias; se ficar andando, é chamado ao escritório para assinar carta de advertência; se faltar um dia, seja por que motivo for, é suspenso 5 dias; se chegar com atraso, manda voltar e assinar advertência.

Liquidou o serviço médico e não reconhece atestado de nenhum médico. Nem do SANDU, nem do IAPETEC. Se o operário se acidentou, não tem direito a seguro.

Portanto, Sr. Presidente e Srs. deputados, nós rogamos aos Srs., depois de apreciarem a nossa exposição, criarem uma comissão para apurar esta denúncia com a maior brevidade, pois já se encontram desemparelados 70 empregados na cidade de Campinas, todos com estabilidade, e o Sr. Diegues vendeu a garagem com os ônibus e nenhuma satisfação até hoje deu aos seus empregados.

Ao ser procurado por três empregados, apenas lhes ofereceram 40% ou nada. Estamos na mesma situação. Ele está para fechar as portas aqui em São Paulo também, pois já está em negócio com as restantes duas linhas, Rio e Santos, e o dinheiro das vendas, no montante de muitos milhões, ninguém sabe para onde está indo. Portanto, esperamos que essa egrégia Casa não nos faltará neste momento difícil pela qual apresentamos os nossos protestos de consideração e estima.

Mariano Ribeiro dos Santos e mais 136 assinaturas.

O SR. PRESIDENTE — Tem a palavra o nobre deputado Jamil A. Duailibi.

O SR. JAMIL A. DUAILIBI (Sem revisão do orador) — Sr. Presidente, Srs. deputados, indico ao Executivo, através do Departamento de Estradas de Rodagem, a necessidade urgente e imperiosa de serem reparadas e repassadas com motoniveladoras as estradas oficiais dos trechos: Marília a Pom-